

CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO: EQUIDADES E DESIGUALDADES MEDIDAS PELOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁⁱ

Adriana Eliane Casagrande

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)/Campus de
Mal. Cândido Rondon
adri_casagrande@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar os indicadores socioeconômicos da região Costa Oeste do Paraná, no que se refere ao desenvolvimento humano e a distribuição de renda. Essa região se destaca devido a sua localização na faixa de fronteira com o Paraguai, além de ser um território que passou por grandes transformações com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Por fazerem parte de uma região, propõe-se analisar o nível de desenvolvimento econômico e social desses quinze municípios, verificando se há disparidades socioeconômicas entre eles. Essa análise permite diagnosticar as áreas prioritárias em relação ao investimento de políticas públicas que garantam o crescimento integrado dos municípios, além de suas demandas em escala local e regional. Para a realização deste trabalho foram analisados alguns indicadores socioeconômicos, dentre eles o Produto Interno Bruto, o Índice de Gini, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice Iparades de Desempenho Municipal. Por meio da análise desses indicadores, considera-se que os índices socioeconômicos revelam uma realidade adequada de qualidade de vida, mas, por outro lado, falta uma maior integração entre esses municípios, pois os mesmos apresentaram disparidades em seus indicadores socioeconômicos.

Palavras-chave: Região Costa Oeste do Paraná; Indicadores Socioeconômicos; Desenvolvimento.

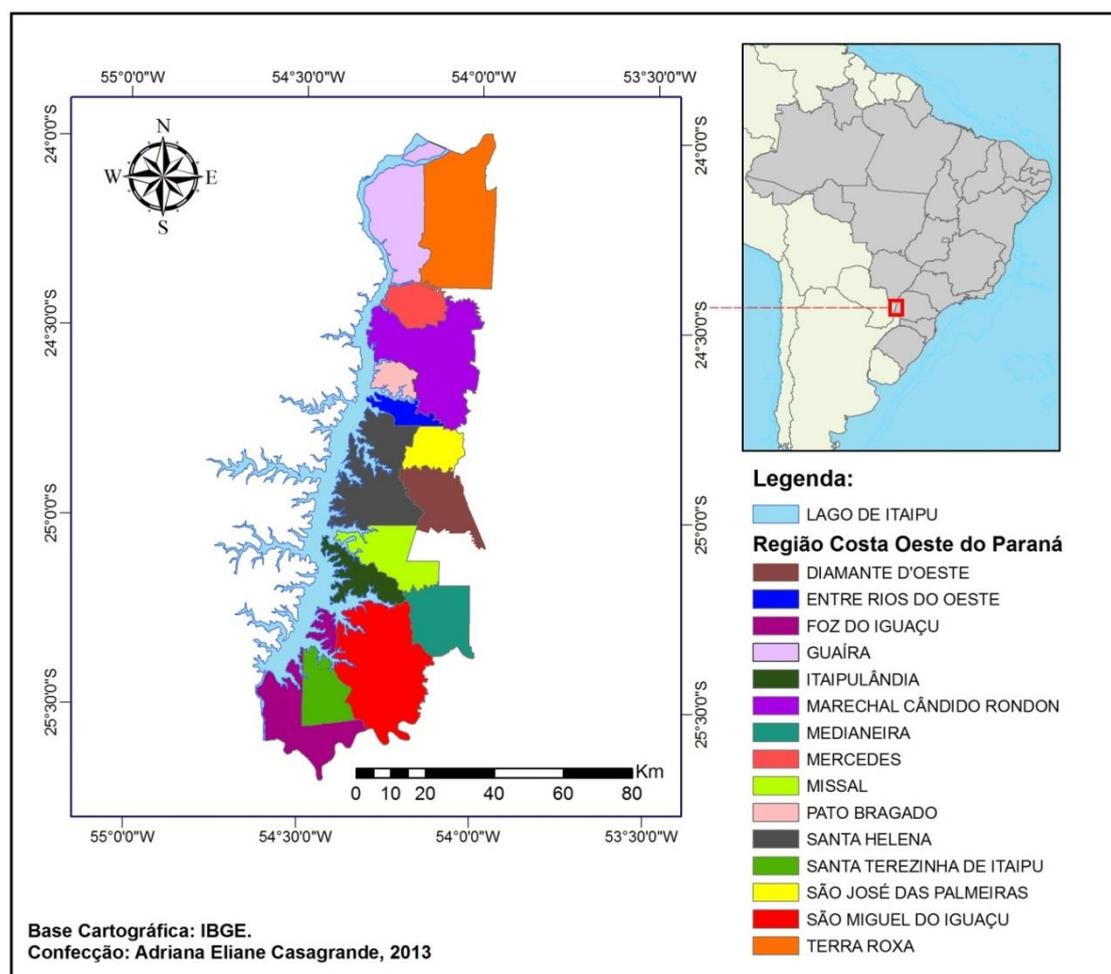
ABSTRACT: This paper aims to analyze the socioeconomic indicators in the West Coast region of Paraná, regarding to human development and income distribution. This region stands out due to its location along the border with Paraguay, besides being a territory that has undergone major changes with the construction of the Itaipu Hydroelectric Plant. It also aims to analyze the level of economic and social development of fifteen cities which are part of this region, checking for socioeconomic disparities between them. This analysis allows verifying the priority areas in relation to the investment of public policies that guarantee the integrated growth of cities, and their demands on local and regional scale. For this work some socioeconomic indicators were analyzed, including Gross Domestic Product, the Gini Index, the City Human Development Index and Iparades Index of City Development. Through the analysis of these indicators, it is considered that the socioeconomic indices show a reality with adequate quality of life, but on the other hand, it lacks sufficient integration among these cities, as they showed differences in their socioeconomic indicators.

Keywords: West Coast Region of Paraná; Socioeconomic Indicators; Development.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, fruto de reflexões da dissertação de mestrado intitulada: “Mobilidade demográfica na região Costa Oeste do Paraná: do campo para a cidade” tem por objetivo analisar os indicadores socioeconômicos que vislumbrem o desenvolvimento humano, a distribuição de renda e o nível de igualdade social presente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, também denominada de região Costa Oeste do Paraná (Figura 1), a fim de subsidiar um conhecimento da dinâmica socioespacial.

FIGURA 1 – Região Costa Oeste do Paraná – Localização.



Trata-se de um território que passou por uma reconfiguração espacial, quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a consequente formação do Lago, no ano de 1982. Os municípios atingidos pelo Lago de Itaipu sofreram grandes impactos,

principalmente no que concerne à reconfiguração do território, novas configurações socioespaciais, que modificaram a paisagem e as relações econômicas estabelecidas na região.

Assim, por fazerem parte de uma região, propõe-se analisar o nível de desenvolvimento econômico e social desses quinze municípios, verificando se há disparidades socioeconômicas entre eles. Desse modo, a região torna-se a base para a realização do planejamento regional, permitindo:

[...] propor ações efetivas, caminhos, “indicar um futuro” ou um devir (delineando novas conexões) das configurações regionais, de modo a adequá-las a determinados propósitos político-econômicos, vinculando-se, portanto, de alguma forma, também, ao chamado planejamento regional (HAESBAERT, 2010, p. 103).

Portanto, essa análise permite que se realize um diagnóstico das áreas prioritárias em relação ao investimento de políticas públicas que garantam o crescimento integrado dos municípios, permitindo assim, o desenvolvimento regional.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho, foram levantados e analisados alguns indicadores socioeconômicos, dentre eles a População Economicamente Ativa (PEA), Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita, o Índice de Gini, rendimento nominal mensal, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM). Estes dados foram levantados em órgãos oficiais de pesquisa, dentre eles, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Também foram construídos tabelas e mapas, que ilustram melhor e permitem uma maior compreensão desses dados, comportando um diagnóstico do perfil econômico e da distribuição de renda entre esses municípios. Realizaram-se, ainda, leituras e levantamento bibliográfico de autores que contribuem para a pesquisa, especialmente aqueles que contribuem para a discussão da Região e do Planejamento Urbano e Regional.

Portanto, a seguir, serão analisados alguns indicadores socioeconômicos que permitam uma caracterização dos municípios da região Costa Oeste do Paraná.

Indicadores socioeconômicos da região Costa Oeste do Paraná.

Através dos indicadores socioeconômicos realizou-se uma comparação entre a renda, o nível de distribuição dessa renda, a qualidade de vida e o desempenho municipal na região Costa Oeste do Paraná, de modo a verificar o nível de desenvolvimento da região.

Considera-se como desenvolvimento não apenas o crescimento econômico, mas sim o acesso à população de bens e serviços que garantam sua qualidade de vida, pois, conforme Pereira (1978), o estado de desenvolvimento não se restringe a manter-se vivo, mas requer, em uma sociedade, níveis culturais, educacionais e econômicos amplamente difundidos e ascendentes:

[...] Em resumo, o desenvolvimento pede um senso de domínio e controle voluntário sobre o ambiente. Isto não pode ser obtido meramente impedindo-se que as pessoas morram de fome. Implica, entre outras coisas, uma crescente abundância de bens e serviços, facilidades sanitárias adequadas, oportunidades de educação, habitação decente, lazer, divertimentos e, para cada indivíduo, uma sensação de satisfação no seu trabalho (PEREIRA, 1978, p. 239).

Assim, realizar um diagnóstico do desenvolvimento socioeconômico dos municípios torna-se uma tarefa indispensável para a realização do planejamento urbano e regional, que visa gerar ações e direcionar políticas públicas para determinadas áreas, assim como para municípios que possuem maior deficiência em determinados setores (educação, saúde, emprego, distribuição de renda etc.), tentando manter o crescimento equilibrado da região. De acordo com o IBGE (2011, p. 9):

A disponibilidade de informações que retratem a realidade socioeconômica regional vem se constituindo numa exigência cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas regionais, uma vez que a mudança no padrão de relacionamento entre o governo federal, estados e municípios tem-se manifestado através de um forte movimento de descentralização. Tal processo, por sua vez, indica que as instituições de estatísticas regionais deverão assumir crescentemente não apenas o levantamento de dados como também a estimação de dados e indicadores econômicos que orientem as ações de planejamento.

Conforme Torres et. al. (2003), as estatísticas constituem um importante instrumento para desenvolver as políticas sociais, e a utilização de informações e resultados estatísticos, na definição de metas, priorização e direcionamento das intervenções, possibilitariam mais rapidez e eficiência ao gestor público para atingir seus diferentes objetivos. Desse modo,

inicialmente se trouxe dados sobre a População Economicamente Ativa (PEA) (Tabela 1) da região Costa Oeste do Paraná para o ano de 2010.

TABELA 1 – Região Costa Oeste do Paraná – PEA 2010.

Município	PEA TOTAL	POP. TOTAL	% DA PEA
Diamante D'Oeste	2.603	5.027	52%
Entre Rios do Oeste	2.469	3.926	63%
Foz do Iguaçu	133.547	256.088	52%
Guaíra	16.026	30.704	52%
Itaipulândia	5.061	9.026	56%
Marechal Cândido Rondon	27.560	46.819	60%
Medianeira	24.774	41.817	59%
Mercedes	2.990	5.046	59%
Missal	5.714	10.474	54%
Pato Bragado	2.978	4.822	62%
Santa Helena	13.557	23.413	58%
Santa Terezinha de Itaipu	10.842	20.841	52%
São José das Palmeiras	1.942	3.830	51%
São Miguel do Iguaçu	13.370	25.769	52%
Terra Roxa	9.866	16.759	59%
TOTAL	273.999	504.361	54%

FONTE: Ipardez, cadernos estatísticos 2012. **Organização:** Adriana Eliane Casagrande.

Se a população total da região Costa Oeste do Paraná corresponde a 504.361, então aproximadamente 54% da população está economicamente ativa. Em relação aos municípios, a PEA varia de 51% (São José das Palmeiras) a 63% (Entre Rios do Oeste). Entre os municípios que apresentam maior proporção da PEA, estão Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon.

Também foram analisados o PIB e o PIB per capita de 2010 dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (Tabela 2). O PIB, de acordo com o IBGE (2011, p. 113), corresponde ao “total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinadas ao consumo final, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos”. Sendo a soma de todos os bens de um município, serve como parâmetro para analisar o desenvolvimento do mesmo. Os dados abaixo representam valores em reais:

TABELA 2 – Região Costa Oeste do Paraná – PIB 2010 e PIB *per capita* 2010.

Municípios	PIB – 2010 (Mil Reais)	PIB <i>per capita</i> 2009
Diamante D'Oeste	51.567	10.258
Entre Rios do Oeste	90.032	22.956
Foz do Iguaçu	6.760.175	26.399
Guaíra	408.697	13.326
Itaipulândia	131.200	14.534
Marechal Cândido Rondon	1.045.073	22.331
Medianeira	731.404	17.485
Mercedes	88.890	17.616
Missal	156.113	14.905
Pato Bragado	64.176	13.306
Santa Helena	353.951	11.892
Santa Terezinha de Itaipu	197.771	9.493
São José das Palmeiras	42.936	11.208
São Miguel do Iguaçu	520.112	20.195
Terra Roxa	319.443	19.056

FONTE: IBGE, 2013/ Ipardes, cadernos estatísticos 2012. **Organização:** Adriana Eliane Casagrande.

Observando os dados, percebe-se que os municípios com os maiores valores do PIB são Foz do Iguaçu (6.760.175 R\$), Marechal Cândido Rondon (1.045.073 R\$) e Medianeira (731.404 R\$). Já os municípios com os menores valores do PIB são: São José das Palmeiras (42.936 R\$), Diamante D'Oeste (51.567 R\$) e Pato Bragado (64.176 R\$). Tais valores são proporcionais ao tamanho da população, tendo como exemplo os municípios com maior PIB, que são também os mais populosos, conforme o censo demográfico de 2010: Foz do Iguaçu (256.081 habitantes), Marechal Cândido Rondon (46.799 habitantes) e Medianeira (41.830 habitantes).

Em relação ao PIB per capita, este é resultado do valor do PIB dividido pelo total de habitantes de um município, estado ou país. Os municípios com maior renda per capita são: Foz do Iguaçu (26.399 R\$), Entre Rios do Oeste (22.956 R\$) e Marechal Cândido Rondon (22.331 R\$), enquanto aqueles com menor renda per capita são: Santa Terezinha de Itaipu (9.493 R\$), Diamante D'Oeste (10.258 R\$) e São José das Palmeiras (11.208 R\$).

No entanto, ao indicar uma média, o PIB per capita não demonstra a desigualdade na distribuição de renda, sendo necessária a análise de outros indicadores para apreender os níveis de igualdade social. Nesse sentido, um indicador bastante apropriado para esta análise é o Índice de Gini.

O Índice de Gini tem como função calcular a desigualdade da distribuição de renda. Seu valor varia de 0 a 1, em que 0 representa uma completa distribuição de renda, ao passo que o 1 representa a máxima desigualdade de renda. De acordo com o IBGE (2004), para a construção do Índice de Gini, são utilizadas informações relativas à população ocupada de 10 anos ou mais de idade e seus rendimentos mensais, obtidas pelo IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Ainda conforme o instituto:

É importante avaliar não somente o crescimento econômico de um país, medido por indicadores como o Produto Interno Bruto - PIB, como também a sua distribuição. O Índice de Gini é um dos indicadores mais utilizados com a finalidade de avaliar a distribuição dos rendimentos pela população, aspecto importante para uma sociedade que pretende ser equitativa. O combate à desigualdade na distribuição de renda é fundamental para assegurar a redução da pobreza, um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável (IBGE, 2004, p.177). Em relação à distribuição de renda no Brasil, Ferreira e Souza (2007, p.32) afirmam que esta é uma das mais desiguais do mundo, sendo que “o País ocupa lugar de destaque em concentração no mundo e, ainda, aproximadamente 47% da renda é apropriada pelos 10% mais ricos, enquanto os 50% mais pobres ficam com 12,7%”.

Na Tabela 3, visualiza-se o Índice de Gini para cada um dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, referente aos anos de 1991, 2000 e 2010:

TABELA 3 - Região Costa Oeste - Índice de Gini 1991, 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	Gini 1991	Gini 2000	Gini 2010
Diamante D'Oeste	0,500	0,570	0,500
Entre Rios do Oeste	0,630	0,520	0,490
Foz do Iguaçu	0,580	0,580	0,540
Guaíra	0,580	0,590	0,570
Itaipulândia	0,490	0,580	0,630
Marechal Cândido Rondon	0,560	0,570	0,540
Medianeira	0,570	0,510	0,480
Mercedes	0,530	0,530	0,420
Missal	0,610	0,550	0,460
Pato Bragado	0,540	0,550	0,430
Santa Helena	0,580	0,590	0,520
Santa Terezinha de Itaipu	0,560	0,560	0,460
São José das Palmeiras	0,530	0,550	0,450
São Miguel do Iguaçu	0,560	0,660	0,540
Terra Roxa	0,530	0,510	0,420

FONTE: IBGE, Censo Demográfico/Portal ODM 2013. **Organização:** Adriana Eliane Casagrande.

Como pode observar-se, principalmente durante as décadas de 1991 e 2000, a maioria dos municípios encontrava-se na faixa de 0,5 no Índice de Gini, o que evidencia, de acordo com o IBGE (2004, p. 177), que “0,5 já é considerado um valor representativo de fortes desigualdades”. No censo de 1991, os municípios com maiores desigualdades eram Entre Rios do Oeste (0,63), Missal (0,61) e Foz do Iguaçu (0,58), enquanto Itaipulândia (0,49) possuía menor índice de desigualdade.

No ano de 2000, entre os municípios com maiores desigualdades sociais estavam, em primeiro lugar, São Miguel do Iguaçu, com um índice de 0,66; em seguida tem-se Guaíra e Santa Helena, ambos com 0,59, seguido de Foz do Iguaçu e Itaipulândia, com valores de 0,58. Já os municípios com menores desigualdades de renda eram: Medianeira e Terra Roxa, com 0,51; Entre Rios do Oeste com 0,52 e Mercedes com 0,53.

Em 2010 os municípios com maiores desigualdades são Itaipulândia (0,63) e Guaíra (0,57), enquanto Pato Bragado (0,43), Mercedes (0,42) e Terra Roxa (0,42) possuem menores desigualdades na distribuição de renda.

Entre os três Censos Demográficos, seis dos quinze municípios da região diminuíram gradualmente o Índice de Gini: Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Medianeira, Mercedes, Missal e Santa Terezinha de Itaipu. Os municípios de Diamante D'Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Santa Helena, São José das Palmeiras e São Miguel do Iguaçu, apesar de aumentar o grau de desigualdade de distribuição de renda entre 1991 e 2000, tiveram seus índices reduzidos para o ano de 2010. O único município que teve um aumento na desigualdade de distribuição de renda foi Itaipulândia, que passou do índice de 0,4 em 1991, para 0,6 em 2010. Dessa forma, com exceção de Itaipulândia, constata-se que na última década houve uma redução nos níveis de desigualdade de renda dos municípios da região Costa Oeste do Paraná, indicando uma melhora na qualidade de vida da população.

Ainda no quesito comparação de renda, analisa-se o rendimento mensal da população da região Costa Oeste para o ano de 2010 (Tabela 4). Os dados foram organizados de acordo com categorias de salário, como pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA 4 - Região Costa Oeste – Rendimento nominal mensal – 2010

Classe de salários	População
Até 1/4 de salário mínimo	13.285 (4,35%)
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	12.964 (4,25%)
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	79.203 (26%)
Mais de 1 a 2 salários mínimos	109.698 (36%)
Mais de 2 a 3 salários mínimos	36.598 (12%)
Mais de 3 a 5 salários mínimos	28.007 (9,18%)
Mais de 5 a 10 salários mínimos	19.528 (6,4%)
Mais de 10 a 15 salários mínimos	3.346 (1,09%)
Mais de 15 a 20 salários mínimos	2.152 (0,7%)
População Total (pessoas de 10 anos ou mais de idade): 304.781	

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010. **Organização:** Adriana Eliane Casagrande.

No ano de 2010, o salário mínimo vigente era de R\$ 510 (GUIA TRABALHISTA, 2013). Assim, verifica-se que a maior parte da população (36%) recebia entre 1 a 2 salários mínimos. Depois dessa categoria, vêm em seguida 26% da população que recebia entre ½ a 1 salário mínimo, um valor muito irrisório, insuficiente para garantir um mínimo de qualidade de vida. Somando essas categorias, de ½ a 1 e de 1 a 2 salários mínimos, temos um total de 62%, ou seja, a maioria da população sobrevive com baixos salários. A partir da categoria de 2 salários mínimos em diante, vai diminuindo o número da população em cada categoria, o que confirma que há uma concentração de renda. A maioria da população sobrevive com baixos salários, enquanto as melhores condições de vida são usufruídas por uma minoria.

Ao se questionar sobre a qualidade de vida da população, há ainda um índice muito importante que retrata essa questão, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM é uma forma de avaliação e medida do bem estar da população, sendo desenvolvido desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2002). De acordo com o Observatório do Recife:

O IDHM é um índice composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Os dados utilizados são os do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 utiliza dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (PNUD muda, 2013, p. 2).

Ressalta-se que ocorreu uma mudança na metodologia do IDHM de 2013 em relação aos anos anteriores, em que o indicador “educação” se tornou mais rigoroso ao exigir mais escolaridade para que um município tenha IDH maior (PNUD muda, 2013, p.1). No cálculo do IDHM das décadas anteriores levava-se em consideração a taxa de alfabetização de pessoas acima dos quinze anos de idade e a taxa bruta de frequência escolar, em que somavam-se as pessoas que frequentavam o curso fundamental, médio e superior, dividindo pela população na faixa etária entre 7 a 22 anos de idade (CASAGRANDE, 2011). Para o IDHM de 2013, o acesso ao conhecimento foi medido pela composição de dois subindicadores com pesos diferentes; escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem:

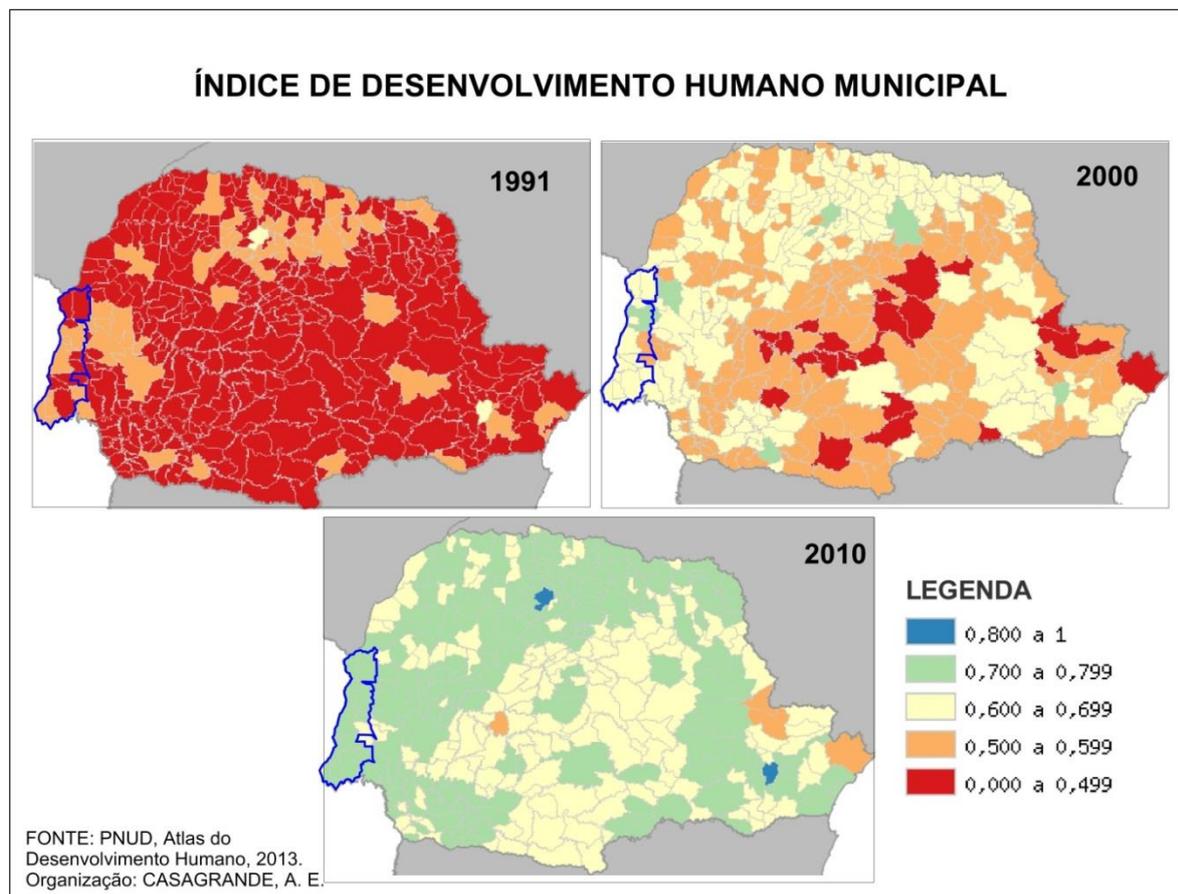
A escolaridade da população adulta foi medida pelo percentual de pessoas com 18 anos ou mais de idade com fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar dos jovens foi medido pela média aritmética do percentual de crianças entre cinco e seis anos frequentando a escola, do percentual de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo. Tem peso 2. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação ((PNUD muda, 2013).

Além disso, sob essa nova metodologia, passa-se de três para cinco categorias na classificação para o IDHM:

- **Muito baixo desenvolvimento humano:** 0 a 0,499
- **Baixo desenvolvimento humano:** 0,500 a 0,599
- **Médio desenvolvimento humano:** 0,600 a 0,699
- **Alto desenvolvimento humano:** 0,700 a 0,799
- **Muito alto desenvolvimento humano:** 0,800 a 1 (PNUD muda, 2013).

Ressalta-se ainda que, devido a essa nova metodologia, “o Pnud considera errado comparar o IDHM 2013 com os índices divulgados em 1998 e 2003” e que os valores dos IDHMs anteriores foram recalculados, sendo que, portanto, as análises e comparações entre esses indicadores só podem ser realizadas dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013 ((PNUD muda, 2013). Assim, na Figura 2 verifica-se o IDHM referente aos anos de 1991, 2000 e 2010, para os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu:

FIGURA 2 – Região Costa Oeste do Paraná - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 1991, 2000 e 2010.



Por meio dos mapas, constata-se uma evolução no IDH dos municípios paranaenses, com destaque para os municípios limieiros ao Lago de Itaipu. No IDHM de 1991, os municípios de Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu encontravam-se na categoria de baixo desenvolvimento humano, enquanto os demais municípios possuíam muito baixo desenvolvimento humano.

No IDHM de 2000, dois municípios se destacavam; Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon, com um alto desenvolvimento humano. Por outro lado, os municípios com menor IDHM eram Diamante D'Oeste (0.532) e São José das Palmeiras (0.582), na categoria de baixo desenvolvimento humano. Os demais municípios encontravam-se na faixa de médio desenvolvimento humano.

Já em relação a 2010, o IDHM de todos os municípios evoluiu. O município de Diamante D'Oeste continuou com o menor índice de desenvolvimento humano (0,664, mas passou para a categoria de médio desenvolvimento humano), e o segundo menor índice ficou com São Miguel do Iguazu (0,704). Já os municípios com maior IDHM foram Marechal Cândido Rondon (0,774), seguido de Medianeira (0,763) e Entre Rios do Oeste (0,761). Com relação ao ranking estadual, Marechal Cândido Rondon ficou na 8ª posição, Medianeira ficou na 13ª e Entre Rios do Oeste ficou na 17ª posição. Já Diamante D'Oeste ficou na 366ª posição, São Miguel do Iguazu ficou na 212ª posição e Missal ficou na 174ª posição. Com exceção de Diamante D'Oeste, todos os demais municípios foram classificados como tendo um alto nível de desenvolvimento humano. Em relação ao Brasil, verifica-se a mesma evolução que ocorreu na região Costa Oeste e no Paraná, entre o IDHM de 1991 e 2010. Conforme o PNUD (2013, p.1):

Em 1991, pelos recálculos e adaptações feitas no Atlas Brasil 2013 para o novo IDHM, 85,8% dos municípios brasileiros fariam parte do grupo de Muito Baixo Desenvolvimento Humano. Em 2000, esse número teria caído para 41,8% e, em 2010, despencado para 0,57% (32 municípios).

Ressalta-se que essa evolução não ocorreu da mesma forma em todas as regiões brasileiras; enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste não possuem nenhum município na faixa de “muito baixo desenvolvimento humano”, as regiões Norte e Nordeste não contam com nenhum município na faixa “muito alto desenvolvimento humano”, o que evidencia a desigualdade entre as regiões brasileiras.

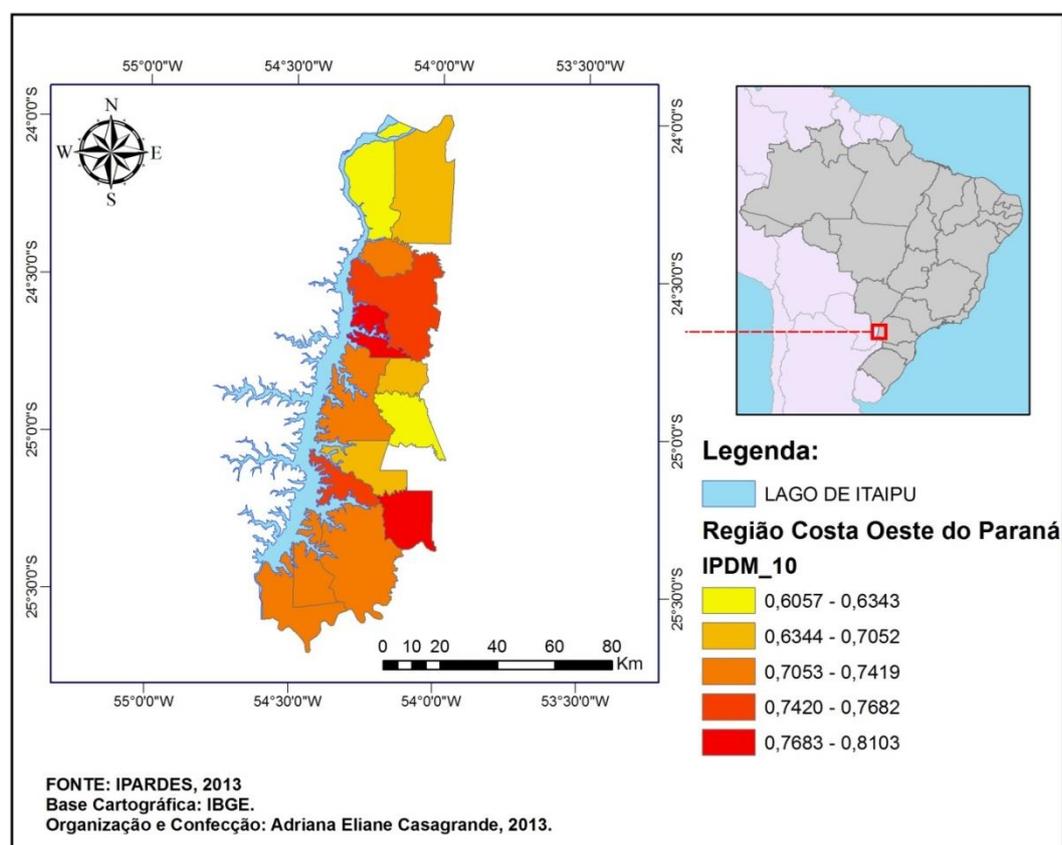
O mesmo verifica-se entre os municípios da região Costa Oeste; enquanto alguns municípios se destacam no IDHM, outros estão entre os últimos colocados na classificação paranaense. Além do IDHM, há outro índice que mede a qualidade de vida nos municípios no Paraná, o Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), promovido pelo Iparde. O IPDM, assim como o IDH-M, leva em consideração critérios como, renda, educação, saúde e emprego:

O IPDM procura captar, para os municípios do Estado do Paraná, estágios de desempenho em suas dimensões mais importantes, de renda e emprego, educação e saúde. O índice parcial renda e emprego (doravante, renda) é construído a partir dos dados referentes à remuneração média do trabalho, emprego formal e produção agropecuária. Já o índice relativo à educação é construído a partir de: atendimento à educação infantil, percentual de docentes com curso superior, taxa de não abandono e média do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). E, finalmente, o relativo à

saúde se dá a partir de: percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo, percentual de óbitos por causas mal definidas, e percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos. Tanto o índice geral como os parciais apresentam variações de 0 a 1, números que representam, respectivamente, condições mínima e máxima de desempenho socioeconômico (IPARDES, 2013, p. 1).

Ainda conforme o Iparades (2013), esse indicador é dividido entre os estágios de baixo (0,0 a 0,4), médio-baixo (0,4 a 0,6), médio (0,6 a 0,8) e alto desempenho (0,8 a 1,0). Dos 399 municípios paranaenses, 350 (87,7% do total) deles estão consolidados no grupo de médio desempenho no IPDM geral. Na Figura 3 está o IPDM para a região Costa Oeste do Paraná:

FIGURA 3 - Região Costa Oeste do Paraná – Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) 2010.



Assim, através do IPDM de 2010, percebe-se que há apenas um município com um alto desempenho, Medianeira, com um índice de 0,81, enquanto os demais municípios encontram-se na categoria de médio desempenho. Depois de Medianeira, tem-se Entre Rios

do Oeste e Pato Bragado com um índice de 0,79, próximo ao alto desempenho. Por outro lado, os municípios com menor desempenho foram: Guaíra (0,60), Diamante D'Oeste (0,63) e São José das Palmeiras (0,68).

Os indicadores socioeconômicos servem para nos aproximar da realidade, expressa um diagnóstico regional. Tais indicadores são muito importantes e servem de base para a criação e aplicação de políticas públicas voltadas à população. Conforme Torres et. al. (2003, p. 82):

[...] os indicadores são vistos como poderosas ferramentas, não somente para o planejamento, mas também como formas dos governos democráticos se relacionarem com a opinião pública e a mídia e com pressões vindas dos políticos tradicionais e demais forças locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise desses indicadores, num primeiro momento, chega-se à conclusão de que os índices socioeconômicos revelam uma realidade um tanto quanto adequada de qualidade de vida e sinalizam, ainda, que seria possível fazer muito mais por esta população, caso houvesse uma maior equidade social. Esta, por sua vez, pode ser obtida com investimentos em educação de qualidade, geração de emprego formal, investimentos em infraestruturas etc.

Por outro lado, falta uma maior integração entre esses municípios, pois os mesmos apresentaram grandes disparidades em seus indicadores socioeconômicos. Há a necessidade de eles trabalharem de forma conjunta, investindo em bens e serviços que garantam o desenvolvimento integrado dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

Por meio da análise do PIB e do PIB *per capita*, constatou-se que todos os municípios possuem recursos suficientes para garantir os serviços necessários (saúde, educação, tratamento de água e esgoto etc.) para a população, com valores que variam de 9 a 26 mil reais por cada pessoa.

No entanto, como se sabe, o Brasil está entre os países com maiores desigualdades sociais (0,591), perdendo apenas para sete nações em concentração de renda. Na região em estudo, em relação ao Índice de Gini de 2010, o município com pior distribuição de renda é Itaipulândia (0,63) e seis municípios possuem seus índices em torno de 0,5, o que revela a

presença de grandes desigualdades sociais. Notou-se, porém, que dos índices de 2000 para o ano de 2010, houve uma melhora nestes índices, uma vez que em 2000 praticamente todos os municípios estavam na faixa de 0,5, sendo que, em 2010, oito municípios passaram para a faixa de 0,4, o que significa uma evolução em direção a uma maior equidade social.

Em relação à qualidade de vida, medida através do IDH-M e do IPDM, verificou-se que a maioria dos municípios situa-se na faixa de alto desenvolvimento humano. Já em relação ao IPDM, os municípios se encontram na categoria de médio a alto desempenho.

Já em relação aos municípios, através da comparação dos dados de cada um deles, alguns pontos podem ser destacados:

Apesar de possuírem maiores valores de PIB e PIB per capita, municípios como Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon se encontram na categoria de municípios com grandes desigualdades na distribuição de renda. Medianeira também se destaca no PIB e PIB per capita e, além disso, encontra-se entre os municípios com menores desigualdades de renda (0,4) e é o município com maior desempenho municipal (IPDM 2010) e está em segundo lugar no IDH-M da região, revelando que neste município há uma maior qualidade de vida e uma maior igualdade social.

Os municípios de Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes encontram-se entre aqueles com menores índices de desigualdade de renda, e entre os melhores índices de qualidade de vida e desempenho municipal. Já os municípios de Diamante D'Oeste, São José das Palmeiras e Guaíra, além de não se destacarem no PIB, são aqueles que apresentam desigualdades de renda maior e estão entre os índices de menor qualidade de vida e menor desempenho municipal.

Os municípios acima citados são aqueles que se encontram nos extremos dos indicadores socioeconômicos, enquanto os demais municípios se encontram em níveis intermediários de desempenho, qualidade de vida e distribuição de renda: Itaipulândia se destaca na desigualdade da distribuição de renda (Índice de Gini 2010); Missal, por outro lado, apresenta menor desigualdade na distribuição de renda (Índice de Gini 2010); Santa Helena apresenta grande desigualdade social no Índice de Gini de 2000; e, por fim, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa, que se destacam pela menor desigualdade de renda no Índice de Gini.

Assim, constata-se a desigualdade de desenvolvimento entre os municípios, em que alguns possuem bons indicadores de qualidade de vida enquanto outros se encontram no lado

oposto, apresentando baixos índices de qualidade de vida e igualdade social. Falta, portanto, a integração desses municípios, na tentativa de garantir um crescimento e desenvolvimento mais igualitário entre eles.

Nesse sentido, a análise aqui feita aponta para o planejamento regional – que deve atuar para além dos limites municipais - atuando em escala regional na tentativa de diminuir a desigualdade entre os municípios da região Costa Oeste do Paraná. Como já discutido, o desenvolvimento não significa apenas crescimento econômico, mas sim garantir um maior acesso da população a educação de qualidade, emprego, habitação, condições sanitárias adequadas, transporte, enfim, bens e serviços que garantam a efetiva qualidade de vida. Estas questões são primordiais na realização do planejamento regional.

REFERÊNCIAS

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. **Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras.** Revista de Biologia e Ciências da Terra. v. 6, n° 2, 2006.

CASAGRANDE, A. E. **Evolução dos censos demográficos (1991, 2000 e 2010) e indicativos socioeconômicos na região Costa Oeste do Paraná.** Marechal Cândido Rondon, 2011. Monografia em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita.** Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/idb2010/b09.pdf> >. Acesso em: 21 mar. 2013.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. de C. I. de. **O comportamento da desigualdade de renda no Paraná de 2001 a 2005: uma análise do rendimento domiciliar per capita.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n° 112, p. 31-45, jan./jun. 2007.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE. **Contas regionais do Brasil 2005-2009.** N° 35. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável – Dimensão social – Trabalho e Rendimento.** Brasil, 2004.

IPARDES. **Índice IparDES de Desempenho Municipal em 2010: comentários.** Governo do Estado do Paraná, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, 2013.

IPEA. **O que é – Índice de Gini.** Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br> >. Acesso em: 19 mar. 2013.

_____. **Evolução da desigualdade no rendimento domiciliar per capita nos municípios brasileiros.** N° 120, Governo Federal, 2011.

PEREIRA, W. **Demografia do subdesenvolvimento.** Formação de recursos humanos em países subdesenvolvidos. 1ª ed. Editora Saraiva, 1978.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> >. Acesso em: 4 jun. 2013.

PNUD muda metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. **Observatório Do Recife.** Disponível em: <<http://www.observatoriodorecife.org.br/?p=8892>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

TORRES, H. da G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS.** Revista São Paulo em Perspectiva. N° 17, p. 80-90, 2003.

ⁱ Publicado originalmente nos Anais do X Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (X Enanpege), revisto e atualizado para esta publicação.

Artigo recebido em novembro de 2013 e aceito para publicação em janeiro de 2014.